

A história da dívida brasileira

- 8 MAR 1987

Outubro de 1930. Há coisa de um ano havia desmoronado a bolsa de New York, dando início à depressão famosa que se seguiu à crise mundial de 1929.

O café, sustentáculo das exportações brasileiras, precipita suas vendas na drástica redução do comércio internacional, enquanto os tenentes e os caudilhos empalmam o poder central na controvertida «Revolução» de 1930, que para alguns historiadores, como mestre José Honório Rodrigues não foi uma revolução, mas um circunlóquio das elites dirigentes conservadoras, de volta ao mesmo ponto de irresolução social e política a que as tinha empurrado a República Velha. Depois vem a Constituinte de 1934 e um tanto mais à frente a ditadura de Getúlio Vargas e o Estado Novo. Numa ensandecida política de valorização do café, Vargas mandou incinerar 800 mil sacas de rubiácea, enquanto o desemprego e a desnutrição campeavam mundo afora.

Tantos nomes — República Velha, Constituinte, Estado Novo — lembrando ironicamente a modernidade do ontem, ou bem a velhice de hoje. Ou os dois?

A história brasileira tende à repetição, pois não consegue ser real como corpo político para resolver os problemas do país, sempre os mesmos em essência (seríssimos), apesar das gerações e roupagens novas.

No contexto da «Revolução» de 1930 e da Constituinte de 1934, lá estavam, naturalmente não podiam falar, as dívidas externas e a moratória.

De fato, dentro de uma crise econômica internacional adversa (o que não é o caso hoje), o país tinha ido à moratória desde setembro de 1931. Em 1934 a Constituinte cobrou a presença do ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, para se explicar sobre o **Funding Loan** que o governo pretendia negociar com os credores externos, **Funding Loans** esses que vêm a ser os mesmos «empréstimos-ponte» e «jumbos» de hoje, pagamento de uma dívida vencida com recursos de outra dívida assumida. Ao contrário de hoje, a Constituinte de então não se fez de excusada ao convocar o ministro Aranha, o qual produziu para a ocasião um relatório que se inscreve entre os pontos altos de nossa história econômica.

Até 1934, segundo o depoimento de Oswaldo Aranha, o governo federal fizera 42 empréstimos externos, dos quais se pagaram cinco menores e renegociaram-se dez outros, havendo em 1934, 27 empréstimos no valor de 14 milhões de libras, compondo a caixa do Banco do Brasil no exterior (o famoso interbancário de hoje?). No total a herança de dívidas que vinham desde o Império montava a 237 milhões de libras com um serviço de amortizações e juros de 22 milhões anuais.

Perante os ouvidos atentos da Assembléia Constituinte Oswaldo Aranha bateu duro: «A nossa história financeira é a história do mais largo abuso do crédito externo. A história dos denominados empréstimos brasileiros é uma história de... dívidas contraídas para pagar dívidas, num curso infinito de operações de crédito, por tal forma que, na realidade, revendo esse passado financeiro, vamos encontrar raros empréstimos contraídos para obras públicas, e os poucos com esta cláusula expressa foram desviados para outros objetivos».

Eis que a crise maníaco-depressiva das questões nacionais extrapola no discurso de Oswaldo Aranha o campo da semântica para altear-se a todo o corpo nacional doente, desde 1934, numa tradição que se renova e não inova.

Assim, não precisa preocupar-se o atual sr. ministro da Fazenda em explicar-se à também atual Constituinte, nem esta em ouvir o sr. Ministro. Basta desencavar o relatório Oswaldo Aranha das entranhas do Congresso.